

## **CABOCLOS DO ASSÚ: EMERGÊNCIA INDÍGENA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NO RIO GRANDE DO NORTE.**

JAILMA NUNES VIANA DE OLIVEIRA\*

Orientador: Me. João Maurício Gomes Neto\*\*

**Resumo:** Este trabalho objetiva propor uma discussão acerca do contexto atual da comunidade dos Caboclos, localizada no município de Assú no Rio Grande do Norte. Parte de uma análise contextual do reconhecimento indígena na comunidade e propõe estabelecer um distanciamento da historiografia oficial, no tocante ao modo como é construída a história dos índios no Brasil, que acredita no apagamento das populações indígenas no Estado, sobretudo devido a Guerra dos Bárbaros, a ocupação territorial pelos colonizadores e a conversão religiosa. O discurso de alteridade se faz presente ao se desmistificar o argumento de extermínio, e parte-se assim ao entendimento de sua historicidade e ocupação espacial, percebendo como os índios se inscrevem em sua temporalidade, pois o termo “caboclo” remete à ocupação territorial e sua singularidade frente às outras comunidades próximas e está inserido dentro da perspectiva dos censos demográficos que incluíam os indígenas e os negros dentro desse grupo. A etno-história visa dar espaço às narrativas e histórias de vida desse grupo, onde a captura de uma tapuia por um caçador está presente no discurso da sua origem indígena. Dessa forma, o processo de territorialização contextualiza-se com as demandas atuais da emergência indígena no Estado potiguar.

**Palavras-chave:** Etno-história; Territorialidade; Identidade; Caboclo.

O trabalho teve como base o projeto de pesquisa desenvolvido no programa PIBIC/CNPq/UERN entre os anos de 2010 e 2012 sob a orientação do professor Dr. José Glebson Vieira. Desde julho de 2010 são desenvolvidas reflexões e problematizações diante das reivindicações apresentadas pela comunidade dos Caboclos, localizada no município de Assú. Através da pesquisa de campo, levantamento de dados demográficos e socioeconômicos – número de moradores, formas de habitação, atividades de produção econômica e composição familiar – tentou-se entender a formação da referida comunidade. Tal fato traz à tona possibilidades de reflexão dentro do contexto de emergência indígena no Rio Grande do Norte.

As mobilizações indígenas norte rio-grandenses remetem a uma forte demanda étnica e política pelo reconhecimento da especificidade enquanto grupo social de outros coletivos indígenas, localizados em diferentes estados brasileiros. Os referidos coletivos tem assumido um papel político significativo, contrariando as pessimistas previsões dos teóricos da aculturação, para os quais esses grupos já haviam deixado de existir em razão da perda de suas culturas originais. Assim, as reivindicações apresentadas, como também a mobilização

---

\* Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – 7º período (UERN).

\*\* Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da (DHI/FAFIC/UERN)

das lideranças indígenas locais em se aproximar de outros indígenas trouxeram para a agenda política local algo novo e desafiador que merece ser analisado.

Os grupos étnicos se utilizam das diferenças culturais para fabricar e refabricar sua individualidade e é importante saber como estão se autoidentificando. Isso demanda estudá-los em contextos precisos e como atos políticos, lembrando-se que saindo da ação empírica para a teoria, o pesquisador adota um prisma diverso de análise. Pacheco de Oliveira (1999) ainda aborda os traços culturais, devido a essa mudança na cultura significar para muitos uma perda. Mas evita o uso do termo “aculturação”, fruto de especialistas que consideram apenas a cultura original e esquecem-se de que a cultura não pode ser vista de uma forma estática, pois a mesma é um processo dinâmico e aberto em que hábitos e valores são sistematicamente ressignificados. A ideia de aculturação não pode ser vista como o fim de uma cultura, pois não há como pensar que um mesmo grupo social irá preservar os mesmos costumes durante décadas, séculos ou milênios.

A comunidade dos Caboclos, foco da pesquisa, trouxe à tona a discussão a partir do prisma de aparecimento de uma memória sobre seu parentesco que reflete a vivência de indígenas na sua região e ao mesmo tempo em que retoma uma forte demanda étnica e política pelo reconhecimento da especificidade enquanto grupo social de outros coletivos indígenas. O discurso oficial da historiografia é um dos grandes responsáveis pela ideia de apagamento geral das populações indígenas e de suas tradições no Rio Grande do Norte, sobretudo no sertão. A certeza de muitos autores valia-se do episódio da “Guerra dos Bárbaros”, também conhecida como “Confederação Cariri”, como principal acontecimento que pôs fim aos índios no Estado, aliado com a ocupação extensiva do sertão. Por ser uma “guerra justa”, os sobreviventes desse embate foram obrigados a trabalharem como escravos em canaviais ou dentro das Missões de Aldeamento.

Dessa forma, discursos de escritores como Rocha Pombo, Tavares de Lira e Câmara Cascudo, trataram da questão indígena de forma a torna-las esquecidas e muita das vezes enfatizando seu caráter folclórico. De toda forma, interiorizou-se um discurso elaborado pela elite, objetivando um branqueamento da população, apagando as especificidades étnicas e dessa forma foram disseminadas a história indígena potiguar nos bancos escolares. Assim, como estudar os processos de fragmentação sofridos pelos grupos indígenas em todo o Brasil?

Começa pelo fato de não devermos entender os indígenas como simples coadjuvantes ou personagens passivos de uma história repleta de conflitos entre o branco colonizador e os nativos.

Diferentemente do ocorrido com os povos autóctones colonizados pelos hispânicos, não há documentos autenticamente indígenas que nos mostre a sua visão diante da colonização portuguesa. Qualquer análise que se faça do período colonial brasileiro referente à temática indígena, parte-se dos documentos encontrados e produzidos pelos portugueses, sobretudo os missionários. Mas muitos destes não estavam preocupados em escrever sobre o que se passava no mais íntimo da vida indígena, a não ser resultadas pelos motivos da conquista e da catequização. Dessa forma, o fracionamento étnico não adveio somente da interferência do europeu em seu processo de dominação e extermínio, mas também fruto dos índios como agentes da própria história em um momento determinante para esse fim. Com a retomada dos aldeamentos na costa (após expulsão dos holandeses), Serafim Leite (1945:335 – cf. DANTAS, SAMPAIO, CARVALHO, 1992:442) assinala que “já quase tinha passado o ciclo missionário, já começava a distinção entre “índios” e “caboclos””.

## **CENSOS DEMOGRÁFICOS, ETNOGÊNESE E TERRITORIALIDADE INDÍGENA**

Pacheco de Oliveira (2011) aborda a discussão ao redor dos Censos demográficos, sendo que se pode considerar como os primeiros relatos sobre as populações indígenas do Brasil as descrições realizadas por viajantes e as cartografias, revelando o caráter sedentário desses povos, cuja legislação republicana, ignorando tal constatação, quis imputar a tese, no século XIX, de um generalizado nomadismo. Até a Independência as estatísticas dependiam da ação eclesiástica, e a política indigenista pautava-se ainda pela catequese e colonização. Com a Independência, a partir de seus instrumentos especiais de controle, o governo promoveria a civilização desses indígenas, influenciando em âmbitos diferentes, onde se por um lado o índio passou a ser visto como símbolo da nacionalidade, filhos naturais da terra, por outro, a Lei de Terras de 1850 trouxe sérios problemas para a posse da terra, considerando devolutas as terras indígenas onde os índios fossem dados como extintos.

O Censo de 1872, o primeiro realizado pelo Estado, veio a contrariar as opiniões dos governadores e das Câmaras de província que tinham internalizado o fato de falarem dos índios apenas no passado:

*“A presença indígena no Censo de 1872 está referida de maneira clara apenas aos índios catequizados, que já interagiam normalmente com os brasileiros e podiam ser objetos de investigação. Esses indígenas foram classificados genericamente como caboclos” (Pacheco de Oliveira, 2011:662).*

Apesar da queda do número de indígenas de modo geral, as províncias registraram um aumento em sua população, onde o maior contingente era advindo das províncias nordestinas, onde até mesmo o Rio Grande do Norte apresenta população indígena. O autor toma isso como consequência do contexto da abolição da escravatura e proclamação da República, tendo o Censo trabalhado com categorias diferentes “em um contexto político e racial bastante modificado”:

*“Para aqueles que não eram enquadrados como brancos ou negros, (isto é, ex-escravos e seus descendentes), apresentavam-se, portanto, duas opções: figurar como pardo (o que, em termos de significados sociais difusos, conotava sua proximidade com a condição escrava) ou como caboclo (pela qual se destacava a proximidade em relação aos indígenas)” (idem, p. 664).*

Já no século XX têm-se as atuações do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que depois foi extinto, e funda-se a FUNAI. Segundo Pacheco de Oliveira (2011), a principal característica desses órgãos, foi desconstruir a visão colonial que havia sobre os índios bravos, deixando-os de serem caracterizados como belicosos e maus, para um caráter de proteção, cooperação e habitante de postos indígenas. De toda forma, a questão da terra continuava a ser uma grande preocupação, tendo esses órgãos pouca atuação nesse sentido. Com a modificação, em 1991, do Censo do IBGE, do critério de atribuição étnica, considerando-se agora a autoclassificação, ter-se-á surpresas quanto ao crescimento da população indígena existente no Brasil. Pacheco de Oliveira (2011) toma esse processo como “formas diferentes de conceber o lugar dos indígenas na formação do Brasil” (p. 675). E parte para novas análises abordando esse crescimento expressivo de indígenas que não habitavam as Terras indígenas que constavam nos dados de órgãos como a FUNAI.

Assim, pensa-se a condição de indígena depende das regiões que possuem Terras indígenas. Mas Pacheco de Oliveira chama a atenção para outros aspectos de investigação. A condição

dos chamados índios urbanos ou desencadeados também deve ser tomada com cautela, já que geralmente denota um caráter depreciativo da condição desse grupo, inibindo qualquer ação efetiva da agência tutelar sobre eles. Por fim, há aqueles que se autodeclararam indígenas e não vivem em cidades, nem em aldeias, e é um grupo em que é preciso estar pensando seu contexto de reivindicação, paralelo a um mundo globalizado e políticas públicas que estão inserindo as minorias, revalorizando culturas e identidades locais:

*“Completamente à margem das políticas públicas e de ações assistenciais dirigidas a ela, numa condição de invisibilidade detectada unicamente pelo instrumento censitário. Sua importância tanto sociológica quanto política deriva justamente da possibilidade de que abandonem a condição de relativa marginalidade e distanciamento em face do campo indigenista e se reivindiquem como sujeitos portadores de direitos conceituados como indígenas” (ibidem, p. 679).*

Ao abordar as castas de gentio estabelecidas pela colonização portuguesa, John Monteiro chama a atenção para a comumente tradição historiográfica que interpreta as sociedades antigas e os relatos sobre estes a partir de uma imagem estática e da supressão da ação dos atores indígenas. Dessa forma, toma como base de sua discussão os escritos de Gabriel Soares de Sousa, um senhor de engenho e sertanista, no século XVI, onde este serviu de tendência para os historiadores que posteriormente, no século XIX, iriam consolidar sobre a diversidade indígena. Assim, Soares de Sousa foi pioneiro em estabelecer um sentido de divisão dos indígenas em categorias como Tupi e “Tapuia” onde “fiando-se basicamente naquilo que seus informantes tupis lhes passavam, escritores coloniais como Gabriel Soares costumavam projetar os grupos tapuias como a antítese da sociedade tupinambá, portanto descrevendo-os quase sempre em termos negativos” (MONTEIRO, 2001:18).

Portanto, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Varnhagen, na concepção do autor, já a partir de 1839 começam a descobrir textos como o de Soares de Sousa, a recuperar diversos manuscritos e editá-los para a publicação. O autor destaca a leitura que Varnhagen faz dos escritos de Soares de Sousa, denominando-a instrumental, e que de forma desqualificada relativa aos índios, contribuiu para a classificação dos indígenas em grupos fixos e atemporais. Assim, construiu-se uma “mitografia nacional com os Tupi ao centro”, destacando-se trabalhos como os de Robert Southey e Ferdinand Denis, e também configurando-se diferentes análises históricas acerca dos indígenas.

Segundo Monteiro, os historiadores do Império reconfiguraram a dicotomia Tupi-Tapuia, “acrescentando um novo eixo temporal à análise”. Ou seja, o primeiro era abordado a partir de um passado e nostalgia; enquanto que o segundo conseguiu sobreviver e persistia no século XIX. Não obstante era disseminado o consenso de que os Tupi eram os verdadeiros representantes dos brasileiros em sua forma original.

Assim, Monteiro aponta a necessidade de se realizar a releitura de documentos coloniais. Ou seja, as “castas” que foram estabelecidas como classificação de grupos indígenas precisam ser revisadas e melhor compreendidas em seu contexto, pois é importante rever a tendência que congela indígenas em etnias fixas, como se o quadro estabelecido remetesse a antes do descobrimento:

*Tão demorado, quanto intrincado, o processo inicial de invenção de um Brasil indígena envolveu a criação de um amplo repertório de nomes étnicos e de categorias sociais que buscava classificar e tornar compreensível o rico caleidoscópio de línguas e culturas antes desconhecidas pelos europeus. (...) Neste sentido, as novas denominações espelhavam não apenas os desejos e as projeções dos europeus, como também os ajustes e as aspirações de diferentes populações nativas que buscavam lidar – cada qual à sua maneira – com os novos desafios postos pelo avanço do domínio colonial (MONTEIRO, 2001:24).*

Em outro momento, John Monteiro irá discutir as questões de Etnocídio e Etnogênese. Destaca a abordagem de diversos autores, destacando as perspectivas adotadas por Jonathan Hill (1996) e Gary Clayton Anderson (1999) – cf. Monteiro, 2001. O primeiro concebe as sociedades indígenas como culturas que não estão isoladas. Assim, a etnogênese vai muito além da relação de dominação e subalternidade, acrescentando as questões internas entre os povos indígenas e afro-americanos. O segundo autor que Monteiro destaca adota a concepção de que “pequenos bandos transforaram as suas culturas para se unir a outros grupos, abandonando as suas línguas, suas práticas sociais e mesmo processos econômicos para atender as demandas da nova ordem” (ANDERSON apud MONTEIRO, 2001:56).

Ao mesmo tempo, é interessante observar que a classificação dos povos indígenas em grupos étnicos serviu de estratégia de sobrevivência dentro do contexto de ação entre a acomodação e a resistência. Por isso é importante observar as categorias sociais que vão se estabelecendo, tornando-se referências importantes para a própria população indígena e atentando para as

relações destes com quilombos, escravos índios e africanos, etc. Assim, as novas configurações étnicas e sociopolíticas podem estar dentro de um contexto de guerras coloniais, tráfico de indígenas e a consequente visão destes como aliados, inimigos ou refugiados, rivalidades intra-europeias, etc. E mais uma vez o autor destaca a importância destas categorias que vão se construindo no decorrer dos séculos, com novos contornos no século XIX a partir dos historiadores imperiais. Não obstante, o destaque dado pelo autor às lideranças indígenas revela a preocupação de melhor contextualizar tais figuras que desempenharam papel de atores no interior do espaço colonial:

*“Diante de condições crescentemente desfavoráveis, as lideranças nativas esboçavam respostas das mais variadas, frequentemente lançando mão de instrumentos introduzidos pelos colonizadores. A resistência, neste sentido, não se limitava ao apego ferrenho às tradições pré-coloniais, mas, antes, ganhava força e sentido com a abertura para a inovação” (MONTEIRO, 2001:75).*

Dessa forma, podemos concluir, a partir das discussões realizadas, que a comunidade dos Caboclos se encontra dentro do contexto de etnogênese, e dentro de um grupo que passa a reivindicar seus direitos, principalmente após a chegada da agência tutelar, FUNAI, intermediando processos. Ao mesmo tempo, as leituras nos possibilitaram ter uma maior dimensão do termo *caboclo* em outras temporalidades, já que o termo vem sendo utilizado desde censos do século XIX. Assim, abrem-se perspectivas para entender a comunidade dentro desse novo processo e também o entendimento de seus antecedentes “tapuias”<sup>1</sup> e a formulação de identidades a partir disto, hostilizadas pela historiografia oficial em contraponto com os demais indígenas tupis.

## ETNO-HISTÓRIA E O “SER ÍNDIO”

O discurso do líder comunitário Luiz, da comunidade dos Caboclos ao enfatizar a dificuldade de se afirmar a presença indígena na comunidade, remete à discussão que Puntoni (2002) faz ao resgatar um tema pouco estudado do passado colonial e ao retratar a Guerra dos Bárbaros, principal fato histórico que embasa o discurso daqueles que acreditam ser nesse momento

---

<sup>1</sup> A palavra “Tapuia” é utilizada no sentido de uma categoria excludente, não como um etnônimo, já que foi criada posteriormente para indicar a barbaridade dos índios assim identificados.

onde aconteceu um completo extermínio das populações indígenas e a ocupação maciça do sertão pelos colonizadores. Especificamente, a Guerra do Açú, dentro desse contexto, foi a que abrangeu a região onde está localizada a comunidade dos Caboclos, região onde moravam “Tapuias” da nação dos Janduís.

Os Tapuias eram os que habitavam o interior, o sertão, e o termo “bárbaro” apontava sua agressividade, em contraste com os índios do litoral, os Tupis, já “amansados”. Por meio da “guerra justa”, os colonizadores empreenderam ações a fim de combater os indígenas que atrapalhavam a expansão da pecuária no sertão. Assim, Puntoni observa que os índios foram resistentes, e que deve se considerar uma percepção bem mais ampla dessas guerras do que a simples dominação e extermínio dos colonizadores sobre o indígena. Viveiros de Castro (2002) exemplifica bem a resistência indígena frente aos missionários que aqui estiveram, no Brasil Colônia, e sua tentativa de converterem os indígenas e estes não se converterem completamente à crença cristã. O autor utiliza a expressão “*inconstância da alma selvagem*” para buscar respostas a esse entendimento que os missionários tinham do comportamento e espiritualidade indígenas. Viveiros de Castro ainda cita Clifford para mostrar que para os indígenas a troca e não a identidade é o valor fundamental a ser afirmado, por isso serem “inconstantes” em relação à própria cultura-religião e buscarem, mesmo que por pouco tempo, a religião europeia:

*A explicação para a receptividade (inconstante) ao discurso europeu não deve ser procurada apenas ou principalmente no plano dos conteúdos ideológicos (analogias entre a escatologia cristã e o tema da terra sem mal). (...) O gentio não era só inconstante, como se guiava, em suas deambulações ideológicas, pela cobiça de bens temporais. Ser como os brancos era um valor disputado no mercado simbólico indígena. Os implementos europeus além de sua óbvia utilidade eram também signos dos poderes da exterioridade (VIVEIROS DE CASTRO, 2002:224).*

Segundo Fátima Martins Lopes (1999), em sua dissertação de mestrado *Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*:

*Na época da transformação das Missões de Aldeamento em Vilas, havia ainda certo contingente populacional efetivamente indígena no Rio Grande do Norte. No entanto, atualmente, destoando de grande parte do Nordeste, não existem registros de grupos indígenas em seu território. Ao verificar-se que as Missões não*



*conseguiram efetuar a assimilação efetiva pretendida, resta saber o destino destes índios e de suas terras desde então. (LOPES, 1999:181)*

A discussão sobre a ocupação da terra e o uso da mão-de-obra, leva a entender a Guerra dos Bárbaros como o palco onde “se tornaram claras as relações conflituosas de poder” (Pires, 1990). Ou seja, paralelamente à guerra com os índios, tinha-se uma “*guerra branca*”. O governo português conseguiu equilibrar os interesses dos agentes colonizadores envolvidos na ocupação do sertão, tomando posições mais firmes com os colonos e indígenas quando o conflito já estava ao fim e as terras asseguradas. O conflito entre o paulista e mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro com o sesmeiro e Capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, fundador do arraial no Açú, e de posse da maioria das terras dessa região, denota as disputas pelo poder entre Mestres-de-campo e Capitães-mores, nas quais se acrescenta ainda as reivindicações de sesmarias feitas pelos moradores, que se achavam os verdadeiros conquistadores das terras:

*A má distribuição das terras gerou imensos latifúndios desocupados, prejudicando os moradores da região (...). A lei de 9 de janeiro de 1697, que impedia a doação de sesmaria, não terminou com o latifundiarismo, porque não tinha efeito retroativo. As sesmarias que já haviam sido doadas antes de 1697 estavam garantidas. Assim, o latifúndio continuou assegurado, como no caso dos Ávilas, Guedes de Brito e outros donos de imensas terras do sertão. (PIRES, 1990:112).*

Em relação à pesquisa de campo na comunidade, além do território estar dividido em nome de vários proprietários, vê-se que em uma parte há uma longa cerca feita de pedras, onde segundo os moradores, foi construída no tempo em que o fazendeiro Fernando Soares administrava vivamente suas terras. Um morador da comunidade, Antônio Luiz Neto, mais conhecido por “Bolero Novo”, relata que ainda participou na construção dessa cerca, junto com Manoel Mariano, a mando do tal fazendeiro. Desde sempre foram chamados por Caboclos, nome que vem daqueles que fundaram a comunidade de mesmo nome. Seu Zé Mariano lembra-se de quando criança ficar sempre na presença de umas mulheres morenas, “abalofadas”, de cabelos pretos e longos, as caboclas. Também disse que aquela região era uma mata fechada dos índios, e fez referência aos “pilões” nas pedras, onde eram preparadas as refeições. E que as casas na época em que era criança eram cobertas de palha com mufumbo, muito mais fortes que as feitas de taipa. Assim, percebe-se que a construção de sua

especificidade étnica e da origem indígena aponta para a captura de uma tapuia ou “caboca braba” por um caçador civilizado (provavelmente o fazendeiro da região). É capturada dentro de uma furna (espécie de caverna), aonde depois viria a ser civilizada.

Sobre isso, o autor Santos Junior pontua bem quando escreve que

*embora a população masculina dos índios tapuias realmente tenha decrescido a números quase imperceptíveis em algumas áreas da capitania do Rio Grande devido às mortes ocorridas nos combates, as doenças e as migrações forçadas; por outro lado, foram bastante comuns no sertão seridoense e da ribeira do Açu as notícias referentes às caboclas brabas amansadas e pegas a dente de cachorro ou a casco de cavalo, para servirem como domésticas ou mulheres para os vaqueiros. (SANTOS JÚNIOR, 2008:189)*

Essas expressões “pega a dente de cachorro” e “a casco de cavalo” refere-se à uma captura análoga à prática da caça e associa essa tapuia à um “bicho do mato”. A domesticação da Tapuia manifesta a passagem de um universo selvagem (bravura e pureza) para um marcado pelo surgimento do ser “caboclo” mediante o “amansamento” da índia Tapuia e o parentesco desta com o branco, já que a partir disso é que se teria dado origem “a grande família de caboclo”. Na comunidade em questão, temos três irmãos (seu Luiz, Bolero Velho e seu Zamba) que se diferenciam como as referências genealógicas da comunidade.

Assim, suas narrativas de memória frente à “índia pega a casco de cavalo” faz com que percebamos a etno-história como potencializadora da descrição da comunidade estudada, pautada numa investigação, na qual os índios se inscrevem em sua temporalidade, ordenando e preenchendo uma série temporal a fim de revelar as narrativas da história do grupo. Vale salientar que a categoria índio é uma criação da nossa cultura e sociedade, e definir-se como índio é reconhecer a diferença que há em relação ao “civilizado” (cf. Durham, 1988).

A partir da narração de mitos, formas de ocupação espacial, entre outros aspectos, é que se percebe surgir novas possibilidades de investigação etnológica na comunidade dos Caboclos, voltadas para um registro de suas elaborações nativas e sua historicidade. A abordagem etno-histórica, dessa forma, é utilizada no sentido de uma investigação que procura estabelecer os regimes de historicidade característicos de cada sociedade (Viveiros de Castro, 2002).

Podemos então compreender que a etno-história potencializa a descrição da comunidade estudada, pautada numa investigação onde os índios se inscrevem em sua temporalidade, ordenando e preenchendo uma série temporal a fim de revelar as narrativas da história do grupo. Vale salientar que a categoria índio é uma criação da nossa cultura e sociedade, e definir-se como índio é reconhecer a diferença que há em relação ao “civilizado” (cf. Durham, 1988). Reconhecendo essas diferenças e semelhanças, há uma aproximação com os demais grupos existentes no Estado do Rio Grande do Norte, constituindo uma minoria étnica.

Em relação ao panorama atual da questão indígena no Estado do Rio Grande do Norte, no qual a comunidade dos Caboclos está inserida, as assembleias indígenas de âmbito estadual já realizada refletem o quanto as mobilizações dos grupos indígenas potiguares têm conseguido avanços. Especificamente a II Assembleia Indígena, realizada no mês de novembro de 2011 na cidade de Goianinha, exemplifica a organização das lideranças dos grupos indígenas, que junto com a comunidade dos Caboclos, percebe-se a rede de comunicação interna e externa estabelecida entre os mesmos. A contemporaneidade em relação aos indígenas potiguares pode ser vista justamente nesse aspecto, nas articulações promovidas em conjunto entre as comunidades indígenas como os *Eleotérios do Catu* e os *Mendonça do Amarelão*.

Um desafio a ser superado são os impedimentos burocráticos que limitam as reivindicações de reconhecimento e territorialização. Não parando apenas nesse ponto, mas também se percebe desafios encontrados em uma maior sensibilização das comunidades buscando uma melhor organização e interesse dos seus moradores no sentido de melhor articular as reivindicações e assim haver a consolidação e ampliação das redes já estabelecidas entre elas. Há dificuldades do poder público e instituições responsáveis atender de forma mais prática e rápida as reivindicações e também melhorias na saúde e educação, com o crivo das lideranças indígenas.

As parcerias e o interesse em articular a questão indígena com as ações do Estado, com uma agenda pautada na regularização fundiária, saúde e educação diferenciada, devem ser buscados como uma das soluções referentes à questão indígena no Estado. A emergência de comunidades indígenas no Rio Grande do Norte, além de demonstrar a efetiva presença indígena, subvertendo a previsão de que eles foram exterminados ou mesmo dispersos junto aos colonizadores, revela um movimento regional de “retorno” de grupos ao cenário político e

étnico do Nordeste. Para tanto, são necessários trabalhos no âmbito local onde a comunidade está inserida, a fim de conhecer e localizar a presença indígena e a relação destes com os colonizadores, compreendendo sobre outras visões um passado que é lembrado apenas pelo massacre indígena e de sua cultura.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José Augusto L., CARVALHO, Maria Rosário G. de. **Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico**. In História dos Índios no Brasil. São Paulo, Cia das Letras: FAPESP, 1992, p. 431-456.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O lugar do índio**. In: Revista do PMDB, nº 11, doc 31. Brasília-DF, 1988.

LOPES, Fátima Martins. **Missões Religiosas: Índios Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado em História, UFPE, Recife, 1999.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Unicamp: Tese de Livre Docência, 2001.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. In A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, p.11-36.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Trama histórica e mobilizações indígenas atuais: uma antropologia dos registros numéricos no Nordeste**. In A presença indígena no Nordeste. João Pacheco de Oliveira (org). Rio de Janeiro: Contracapa, 2011. p. 653-682.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: FUNDARPE, 1990.

PUNTONI, Pedro. **O país dos Tapuias; A Guerra do Açú**. In: A Guerra dos Bárbaros – povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002, p. 49-88, 123-180.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **Os índios do século XXI no Rio Grande do Norte**. In Os índios tapuias do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-Rosado, 2008. (Coleção Mossoroense, Série C, v. 1531).

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia**. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2002.